



Pesquisa-Ação

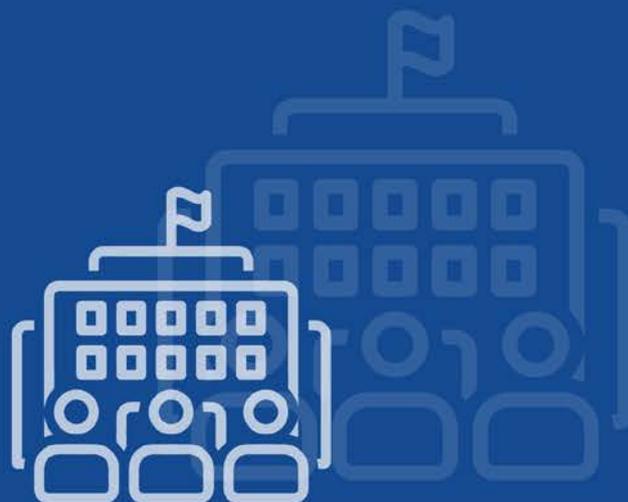
# Agentes Culturais Democráticos



## Módulo VII:

### Institucionalidade e Espaços Culturais

Gisele Marchiori Nussbaumer





# **Módulo VII:**

## **Institucionalidade e Espaços Culturais**

---



# **Módulo VII:**

## **Institucionalidade e Espaços Culturais**

---

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Salvador, 2024



O presente trabalho foi realizado com apoio do Fundo Nacional da Cultura do Ministério da Cultura - Brasil - Esta obra está sob licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0: esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA

N975 Nussbaumer, Gisele Marchiori.  
Institucionalidade e espaços culturais / Gisele Marchiori Nussbaumer. - Salvador: UFBA;  
UFRB, 2024.  
39 p. : il.

Esta obra faz parte do Projeto Pesquisa-Ação: Agentes Culturais Democráticos.  
Modulo VII.

ISBN:

1. Cultura – Brasil. 2. Política cultural. 3. Cultura - Desenvolvimento. I. Universidade Federal da Bahia. II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

CDU: 008

## **MINISTÉRIO DA CULTURA**

**Ministra:** Margareth Menezes

### **Secretaria de Formação, Livro e Leitura**

**Secretário:** Fabiano Piúba

### **Secretaria dos Comitês de Cultura**

**Secretária:** Roberta Cristina Martins

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

**Reitor:** Paulo César Míguez de Oliveira

**Vice-Reitor:** Penildon Silva Filho

### **Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos - IHAC**

**Diretor:** Luís Augusto Vasconcelos da Silva

**Vice-diretor:** Milton Júlio de Carvalho Filho

### **Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT)**

**Coordenadora Geral:** Sophia Cardoso Rocha

**Vice Coordenadora:** Lourivânia Soares Santos

### **Superintendência de Educação a Distância**

**Superintendente:** Márcia Tereza Rebouças Rangel

### **Equipe de desenvolvimento do Projeto**

**Coordenador Geral:** Antônio Albino Rubim

**Vice-Coordenadora:** Sophia Cardoso Rocha

### **Pesquisadores**

Adriano de Oliveira Sampaio  
Angela Maria Menezes de Andrade  
Antônio Albino Rubim  
Gisele Marchiori Nussbaumer  
Giuliana D´El Rei Sá Kauark  
Guilherme Rosa Varella  
José Roberto Severino  
Lourivânia Santos Soares  
Luana Vilutis  
Mariella Pitombo Vieira  
Meran Muniz da Costa Vargens  
Ohana Boy Oliveira  
Sophia Cardoso Rocha

### **Orientadores de Pesquisa no AVA**

Cora Santana  
Nícia Riccio

### **Auxiliares de Pesquisa**

Amanda Azevedo Sousa  
Antonio Teófilo de Almeida  
Beatriz Abreu Gomes

Bianca Kaizer de Oliveira  
Breno Domingos de Oliveira  
Camila de Oliveira Almeida  
Caroline Dumas Oliveira  
Ivalda Kimberlly Santos Portela  
Jaqueline Souza

João Caetano Brandão Andrade

José Rayone Lima Borges  
Kênia Natividade Santos Silva  
Márdel Pereira dos Santos  
Marina Vlacic Morais  
Nathalia Oliveira Leal

Noédosn Conceição Santos

Nubia dos Reis Pinto

Pérola Cavalcante Dourado

Rodrigo Araujo dos Santos

Tássia Camile de Matos Barbosa

Thainá Silva de Oliveira

Thiago Carvalho de Sousa Correia

Tiago Leonardo Alves Muniz

Vanessa Avelar Barreto

### **Pesquisador Especialista em Tecnologias Educacionais:**

Haenz Gutierrez Quintana

### **Pesquisador Especialista em Design Instrucional:**

Lanara Guimarães de Souza

### **Pesquisador Especialista em AVA:**

José Renato Gomes de Oliveira

### **Comunicação:** Fernanda Pimenta

### **Secretaria Administrativa:**

Lisandra Alcântara

### **Apoio Administrativo:**

Delmira Nunes

### **Produção de Material Didático**

### **Coordenação de Tecnologias Educacionais - CTE-SEAD**

### **Coordenação**

Prof. Haenz Gutierrez Quintana

Projeto gráfico e Capa  
Haenz Gutierrez Quintana  
Danilo Barros

### **Foto de capa:** Rawpixel

### **Supervisão:**

Haenz Gutierrez Quintana  
Danilo Barros

### **Editoração / Ilustração:**

Ana Carla Sousa; Anatriz Souza;  
Gabriela Cardoso; Matheus Morais;  
Thalles Purificação; Tamara Noel

### **Revisão:**

Flavia Goulart M. Garcia Rosa



# Sumário

---

**SOBRE A AUTORA, 11**

**APRESENTAÇÃO, 12**

**UNIDADE I**

INSTITUCIONALIDADE CULTURAL E SEU PERCURSO INICIAL  
NO BRASIL, 13

**UNIDADE II**

INSTITUCIONALIDADE CULTURAL NOS GOVERNOS LULA E  
DILMA (2003-2016), 18

**UNIDADE III**

DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DA CULTURA, ASSÉDIO  
INSTITUCIONAL E LEIS EMERGENCIAIS (2016-2022), 23

**UNIDADE IV**

INSTITUCIONALIDADE CULTURAL E RETOMADA DA CULTURA  
(2023-ATUAL), 27

**UNIDADE V**

O LUGAR DOS ESPAÇOS CULTURAIS NA INSTITUCIONALIDADE  
CULTURAL, 33

**REFERÊNCIAS, 40**



## Sobre a Autora

---

Professora da Faculdade de Comunicação (FACOM) e do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PÓSCULTURA) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Membro do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT) do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC) da UFBA. Dedicase a estudos nas áreas de políticas culturais e gestão cultural. Possui mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) e doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA. Foi diretora geral da Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB) de 2007 a 2010. É uma das coordenadoras do grupo de pesquisa Coletivo Gestão Cultural (CNPq), que reúne docentes e discentes da UFBA e da Universidade Federal do Recôncavo (UFRB).

Endereço para acessar o currículo lattes:

<http://lattes.cnpq.br/7437071267390110>

## Apresentação

---

Neste texto apresentamos inicialmente o que entendemos por institucionalidade e institucionalização da cultura, alguns elementos que contribuem para esse processo e um breve percurso da institucionalidade cultural no Brasil, dos anos 30 até os governos Lula e Dilma (2003-2016). Destacamos em seguida, o processo de desinstitucionalização da cultura e assédio institucional que vivemos durante o governo Bolsonaro (2019-2022) e a criação das leis emergenciais da cultura como resultado de uma mobilização inédita no país, que contribuiu para colocar novamente em pauta a importância do fortalecimento da institucionalidade da cultura. Considerando o momento atual, de retomada da cultura e refundação do Ministério da Cultura (MinC), indicamos avanços e desafios do governo em relação ao tema e, por fim, apontamos a importância dos espaços culturais e a necessidade de que os mesmos sejam considerados nas políticas e processos de institucionalização da cultura.

## Unidade I

# Institucionalidade Cultural e seu Percurso Inicial no Brasil

---

Institucionalidade remete ao que é característico de uma instituição, a permanência, estabilidade, regularidade, continuidade, normatividade, controle. Além de abranger um conjunto articulado de organizações, institucionalidade requer uma estrutura ampla e densa, que envolve muitas dimensões e não é conformada sem acionar normas jurídicas, rotinas administrativas, recursos financeiros, pessoal especializado, estudos, dentre outros aspectos (Rubim, 2017). Institucionalização é o processo de implementação desse conjunto de organizações, estruturas, mecanismos, normas e regras, visando a organização e o desenvolvimento de um determinado setor, como o cultural. Assim, quando falamos em **institucionalização da cultura** estamos nos referindo a elementos e processos que, no âmbito do Estado, devem existir e funcionar para que ações e políticas voltadas ao desenvolvimento do setor possam ser implementadas.

Dentre os elementos que contribuem para uma maior institucionalização da cultura podemos citar: organismos (secretarias, fundações, diretorias); instrumentos de planejamento (planos, programas, indicadores); modelos de financiamento e fomento (fundos, incentivos fiscais); normas jurídicas (emendas constitucionais, leis, decretos, regulamentos); recursos humanos (gestores, produtores, conselheiros, legisladores); mecanismos de participação social (conselhos, conferências, consultas públicas), entre outros (Rocha; Varela, 2024, p. 17).

Mas sabemos que a existência desses elementos e processos não basta. Para uma efetiva institucionalidade cultural é preciso que eles

operem de forma articulada, a partir de uma visão ampla de cultura, considerando a diversidade de segmentos e expressões culturais do país, e em uma perspectiva democrática.



## Saiba mais!

A institucionalidade da cultura no Brasil  
Boletim do Observatório de Diversidade Cultural  
<https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/>

Nessa direção temos muito a avançar, pois o processo de institucionalização da cultura no Brasil baseou-se, essencialmente, em uma compreensão restrita e elitista de cultura; e não em uma compreensão ampla e plural, que só recentemente passou a ser considerada em nossas políticas. Da mesma forma, ele foi influenciado, sobretudo, pelo paradigma da democratização da cultura, a qual postula que somente determinada cultura merece ser considerada e difundida, de cima para baixo, para um público indistinto, único e homogêneo; diferentemente da democracia cultural, que considera a diversidade de expressões culturais e os sujeitos como produtores de suas próprias culturas, não apenas como espectadores(as) ou consumidores(as) de uma cultura imposta.

A trajetória da institucionalidade cultural no país está relacionada com a história de suas políticas culturais e os diferentes contextos políticos-culturais. Duas experiências, que se deram durante a Era Vargas (1930-1945), são frequentemente citadas como inauguradoras das políticas culturais no Brasil: a passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura da cidade de São Paulo (1935-1938) e a gestão de Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde (1934-1945), ao qual estava subordinada a área da cultura.

Figura 1. Mario de Andrade, Tarsila do Amaral (1922).



FONTE: Wikimedia Commons.

A gestão de Mário de Andrade se tornou referência por ter estabelecido, nos anos 30, uma intervenção estatal sistemática no campo cultural; adotado uma compreensão mais ampla de cultura, para além das artes e abarcando as culturas populares; assumido o patrimônio não só como algo material e associado às elites, mas também imaterial e pertinente a outros segmentos da sociedade; e fortalecido a institucionalidade cultural por meio da criação de organismos e procedimentos.

Capanema foi responsável por um conjunto de intervenções na área, boa parte já no período ditatorial, incluindo a criação de legislações e organismos. Dentre eles, destaca-se o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, hoje IPHAN), em 1937, que, mesmo com uma “política de pedra e cal”, é reconhecido por sua capacidade técnica e longa estabilidade institucional. A gestão Vargas/Capanema, no entanto, apesar da estruturação que promoveu no setor, marca o início do que Rubim (2007) chama de triste tradição: a forte relação entre governos autoritários e políticas culturais no país.

No Regime Militar (1964-1985), depois de um intervalo democrático no qual políticas e iniciativas mais significativas praticamente inexisteram,

essa tradição é retomada e a cultura volta a ocupar um lugar estratégico no governo, que articula de forma inédita ações da área com entes federados. Não por acaso, se credita a esse período o surgimento dos primeiros passos rumo a construção de um Sistema Nacional de Cultura (SNC). Em 1966 foi criado o Conselho Federal de Cultura (CFC); em 1968 realizada a primeira reunião nacional dos conselhos de cultura; em 1975 instituída a Política Nacional de Cultura (PNAC) etc. Além disso, várias instituições foram criadas, com destaque para a Fundação Nacional de Artes (Funarte), em 1975, que promoveu ideias e intervenções inovadoras na época, a exemplo da necessidade de superar a lógica do apoio direto pela análise de mérito no financiamento a projetos culturais (Botelho, 2001). Nesse período, diversos estados e municípios brasileiros também criaram suas secretarias e conselhos de cultura, em um movimento de articulação que não ficou restrito ao âmbito federal. O processo de institucionalização da cultura promovido, no entanto, não se traduziu em mudanças em termos de gestão da cultura, pois as estruturas de poder criadas acabavam por atender aos interesses de determinados setores. Era, antes de tudo, uma **institucionalidade autoritária**. Foi um período marcado por prisões, perseguições, torturas, assassinatos e censura sistemática a artistas e obras, sobretudo aqueles(as) que mais criticavam a ditadura.

Figura 2. Chico Buarque na passeata dos Cem Mil.



FONTE: Wikimedia Commons.

Com a Redemocratização do Brasil (1985-2002), passamos a contar um Ministério da Cultura (MinC), emblema maior de nossa institucionalidade. O MinC foi criado em 1985, no governo José Sarney (1985-1989), com um orçamento insignificante; extinto em 1990, no governo Collor de Melo (1990-1992); e recriado em 1993, no governo Itamar Franco (1992-1994). Além da descontinuidade institucional, dez dirigentes estiveram à frente do ministério durante esses três governos, o que traduz a instabilidade da pasta recém implementada. Outros organismos também foram criados nesse período, como a Fundação Palmares, em 1988, quando o Brasil completou 100 anos da abolição da escravatura, com objetivo de promover, preservar e disseminar a cultura afro-brasileira.

Nessa conjuntura, de instabilidade e escassez de recursos para a cultura, surge a primeira lei de incentivos fiscais para a cultura no Brasil, a Lei Sarney (1986), que inaugura uma modalidade de incentivo como regra de financiamento. A Lei Sarney é depois substituída pela Lei Rouanet (1991), que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), vigente até hoje e composto por três mecanismos: o incentivo a projetos culturais via renúncia fiscal, o Fundo Nacional de Cultura (FNC) e o Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart), nunca implementado. Em seguida é criada também a Lei do Audiovisual (1993).

O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) deu certa estabilidade institucional para o MinC, com Francisco Weffort como único dirigente da pasta durante oito anos. Em consonância com o projeto neoliberal em vigor, as leis de incentivo fiscal assumiram de vez o lugar das políticas culturais, sendo praticamente a única forma de financiamento à cultura. O papel do Estado foi reduzido a mero repassador de recursos, ficando a decisão sobre o que será financiado nas mãos das empresas. Com isso, são privilegiadas produções culturais com maior apelo mercadológico e que acontecem em locais de interesse das empresas patrocinadoras, gerando uma concentração de recursos na Região Sudeste do país. A famosa cartilha *Cultura é um bom negócio* é um emblema desse momento.

Em termos de estruturação do MinC, foram criados organismos que sombreavam instituições já existentes, a exemplo de uma Secretaria do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas com competências similares às do IPHAN; uma Secretaria da Música e Artes Cênicas que sobrepuja ações da Funarte; e uma Secretaria do Livro e Leitura quando já existia a Fundação Biblioteca Nacional (Oliveira, 2017). Ou seja, não havia um conjunto articulado de organizações com funções claras e nem uma pluralidade de políticas e mecanismos. Predominava uma **institucionalidade neoliberal** que, como a institucionalidade autoritária, privilegiava determinados setores e compreensão de cultura.

## Unidade II

# Institucionalidade Cultural nos Governos Lula e Dilma (2003-2016)

---

Foi somente a partir do governo do presidente Lula (2003-2010), na gestão de Gilberto Gil a frente do Ministério da Cultura (2003-2008), continuada por Juca Ferreira (2008-2010), que o tema da institucionalização da cultura passou a ser discutido a partir de uma compreensão ampla de cultura (em suas dimensões simbólica, cidadã e econômica) e com base em princípios democráticos (diversidade, transversalidade, participação social etc.).

Figura 3. Ministro Gilberto Gil (2007).



FONTE: Wikimedia Commons.

O conceito ampliado de cultura permitiu que o MinC expandisse seus horizontes para outras culturas: populares, afro-brasileiras, indígenas, LGBTQIAPN+ etc. As políticas culturais, programas e ações começaram a passar por mudanças ao assumirem a diversidade cultural, os direitos culturais, a territorialidade e a transversalidade da cultura como diretrizes de ação, mudanças que vão se refletir nas práticas, mecanismos e estrutura organizacional do MinC.

Foram muitos os **avanços** durante o período petista no governo federal, interrompido pelo Golpe de 2016 e o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), como: adoção e difusão de uma concepção mais ampla de cultura, reconhecimento do papel do Estado como formulador de políticas culturais, fortalecimento institucional do MinC, aumento de orçamento para a pasta, instalação de Câmaras Setoriais, ativação do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), criação de programas como o Cultura Viva e o Mais Cultura, elaboração do Plano Nacional de Cultura (PNC), formulação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), reformulação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), realização de três conferências nacionais de cultura (2005, 2010 e 2013), entre outros.

Figura 4. Lula e Dilma.



FONTE: Wikipédia.

Pela sua contribuição para o processo de institucionalização da cultura no país, caráter estruturante e federativo, destacamos três desses avanços: a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), o Plano Nacional de Cultura (PNC) e, principalmente, o Sistema Nacional de Cultura (SNC).

A **Política Nacional de Cultura Viva (PNCV)**, criada como programa em 2004 e institucionalizada como política em 2014, ganhou visibilidade principalmente por conta do projeto Pontos de Cultura, que apoia organizações, grupos ou coletivos culturais já existentes nas mais diversas regiões do país, muitas vezes associados a espaços culturais. A Cultura Viva se distingue pela sua abrangência nacional e capilaridade, chegando em locais até então não abrangidos pelas políticas culturais; pela sua estrutura em rede, conectando diferentes fazedores de cultura; por não delimitar os tipos de manifestações culturais a serem incentivadas; e, principalmente, por representar uma ruptura com práticas, valores e princípios restritivos que guiavam, e guiam ainda, a ação do Estado no campo cultural.

O **Plano Nacional de Cultura (PNC)**, regulamentado em 2010, dotou o país de um conjunto de princípios, objetivos, estratégias e ações que, reunidos em 53 metas, deveriam orientar o poder público na formulação de políticas culturais pelo período de dez anos (2010-2020). No entanto, o número demasiado e a complexidade das metas, além da escassez de recursos financeiros e de pessoal, dificultaram que resultados significativos fossem alcançados e aferidos. O PNC acabou tendo duas prorrogações, em 2021 e 2022, e sua vigência passou para dezembro de 2024, o que vai nos permitir revisar suas metas.

Figura 5. MinC lança metas do Plano Nacional de Cultura.



FONTE: Agência Brasil.

**O Sistema Nacional de Cultura (SNC)** foi acrescentado na Constituição Federal Brasileira com o artigo 216-A, em 2012. Esse artigo trata especificamente do Sistema e representa um importante avanço em direção a uma maior institucionalidade do campo cultural.

Descrito como um processo de gestão e promoção de políticas públicas de cultura democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação (União, Estados, DF e Municípios) e a sociedade, o SNC tem como objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico associado aos direitos culturais. Como princípios do SNC, destacam-se: a diversidade das expressões culturais, a universalização do acesso aos bens e serviços culturais, a transversalidade das políticas culturais, a democratização dos processos decisórios dos entes públicos da área cultural, a atuação dos poderes públicos com base na liberdade de expressão, entre outros que, por si, refletem o vínculo estreito que deve existir entre a cultura e a democracia<sup>1</sup>.

A estrutura do SNC é constituída por diversos componentes: órgãos gestores da cultura, conselhos de política cultural, conferências de cultura, comissões intergestores, planos de cultura, sistemas de financiamento à cultura, sistemas de informações e indicadores culturais, programas de formação e sistemas setoriais de cultura.

A importância do SNC para a institucionalidade cultural do país se dá, justamente, porque ele promove um pacto federativo na área, envolvendo diversos organismos articulados e acionando elementos, processos e diretrizes que são essenciais para a organização do setor.

No que se refere ao fomento e financiamento à cultura, houve um investimento durante os governos Lula e Dilma no sentido de superar o modelo centrado exclusivamente no incentivo fiscal, embora ele ainda predomine em termos de recursos investidos; também no sentido de buscar um maior equilíbrio em relação a esse modelo e o apoio governamental concedido via Fundo Nacional de Cultura (FNC), que foi fortalecido. Com isso, uma nova prática de financiamento foi estabelecida, sendo o apoio discricionário, aquele que fica ao critério do(a) gestor(a), substituído pelo apoio via seleções e editais públicos. Mesmo com todas as críticas que podem ser feitas ao que passou a ser

---

1 <http://portalsnc.cultura.gov.br/sobre/o-que-e-o-snc/>

chamado de “política de editais”, e não são poucas, esse mecanismo expandiu-se e possibilitou que outros segmentos e expressões, até então desconsiderados nas políticas culturais do país, passassem a ter acesso a recursos públicos. Em paralelo, foi iniciado um debate acerca da reforma da Lei Rouanet, cuja síntese se materializa no Projeto de Lei (PL 6722/2010), que propõe o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Procultura), ainda não implementado (Paiva Neto, 2017).

Muitas iniciativas, políticas, programas e mecanismos poderiam ser mencionadas, pois trata-se de um período que foi, indiscutivelmente, um marco das políticas culturais brasileiras. Mesmo nos seus últimos anos, com Dilma presidente, em um contexto político adverso e conturbado com o avanço da extrema direita, tínhamos certa estabilidade institucional e iniciativas importantes foram levadas a cabo. O período que seguiu, após o Golpe de 2016, foi de retrocessos e desmontes, demonstrando, apesar dos avanços, a fragilidade da institucionalidade da cultura no Brasil.

## Unidade III

# Desinstitucionalização da Cultura, Assédio Institucional e Leis Emergenciais (2016-2022)

Com a ascensão do vice Michel Temer à presidência (2016-2018), vivemos o início de um duro processo de desinstitucionalização e dismantelamento da cultura, com um ensaio de extinção do MinC que só não se concretizou pela mobilização de agentes da cultura que ocuparam prédios públicos ligados à pasta em várias capitais brasileiras. Esse movimento ficou conhecido como “Ocupa MinC”. O ministério permaneceu, mas perdeu cargos, sofreu cortes orçamentários e teve quatro ministros em apenas dois anos.

Figura 7. Movimento Ocupa MinC.



FONTE: Agência Brasil.

No governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), o MinC é extinto de imediato e substituído por uma Secretaria Especial de Cultura, vinculada inicialmente ao Ministério da Cidadania e depois ao Ministério do Turismo. Em quatro anos, o órgão teve oito dirigentes, dos quais se destacam, pelos episódios bizarros que protagonizaram, o dramaturgo Roberto Alvim e os atores Regina Duarte e Mário Frias.

Foi um período marcado por autoritarismos, desmonte das estruturas institucionais, aparelhamento ideológico, desvirtuamento dos propósitos e das funções das instituições, assédio institucional, paralisação de atividades, desmantelamento de políticas públicas, extinção ou esvaziamento de espaços de participação social, além de censura e perseguição, por parte do próprio governo federal, a artistas com posicionamento político mais forte e a segmentos minorizados, principalmente aqueles associados as pautas identitárias, como a comunidade LGBTQIAPN+.

Tomando como base o mapeamento feito pelo Movimento Brasileiro Integrado pela Liberdade de Expressão Artística (MOBILE), Denise Dora, Raisal Cetra e Guilherme Varella (2022) destacam incontáveis casos de desvirtuamento de função, paralisia e assédio nas instituições culturais federais nesse período.



## Saiba mais!

Movimento Brasileiro Integrado pela Liberdade de Expressão Artística (MOBILE)

<https://movimentomobile.org.br/>

Na Fundação Palmares, por exemplo, temos a exclusão de biografias de lideranças negras do portal da entidade; a interrupção das comemorações do Dia da Consciência Negra; a exclusão de 30 nomes da lista de personalidades negras com contribuição para a cultura nacional, dentre os quais Gilberto Gil; além da afirmação, por parte do presidente da entidade, de que a escravidão “foi benéfica para

os descendentes”, entre outras atrocidades. Em relação ao IPHAN, tem-se a desfiguração, aparelhamento ideológico e utilização indevida do órgão, considerado um empecilho para a construção de obras de interesse do mercado. Casos similares, seja de desvirtuamento de função, paralisia ou assédio, aconteceram também em outros órgãos da cultura, como Ancine, Funarte, Fundação Casa de Rui Barbosa, Arquivo Histórico Nacional etc. Em síntese, havia uma ação estruturada, sistemática e organizada de combate à cultura, através de três frentes principais: o desmonte institucional da cultura, a violação da liberdade de expressão artística e a ofensiva autoritária contra o setor. (Dora; Cetra; Varella, 2022).

Não bastasse esse contexto, no qual os agentes culturais já se encontravam fragilizados, em março de 2020 chega a pandemia da Covid-19 no Brasil, que atinge duramente um setor já em crise, que será “o primeiro a parar e o último a retornar”.

Foi nesse cenário, no entanto, que se deu uma grande conquista do campo cultural. A partir de uma mobilização inédita no país, foi aprovada a lei emergencial Aldir Blanc (LAB 1) (Lei nº 14.017/2020), seguida da Lei Paulo Gustavo (LPG) (Lei Complementar 195/2022) e da Aldir Blanc 2 (LAB 2), que se transformou na importante Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) (Lei nº 14.399/2022).

Figura 8. Derrubada do veto a lei Paulo Gustavo.



FONTE: Agência Brasil.

As leis emergenciais possibilitaram direcionar recursos aos estados e municípios para a manutenção de grupos e espaços culturais, auxílio aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura e financiamento de projetos culturais, a partir de estruturas institucionais já existentes e de um modelo sistêmico e federativo de gestão da cultura. Além disso, estimularam uma maior adesão por parte dos municípios ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), colocaram o tema da institucionalização da cultura na pauta de prioridades do setor e avançaram no sentido de desburocratizar procedimentos e (re)articular os entes federados e a sociedade civil, antecipando questões importantes para a efetivação do SNC e contribuindo para a elaboração de novas leis, como o Marco Regulatório de Fomento à Cultura (PL 3905/2021).

Para Rubim (2023), as leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo podem ser consideradas vitórias improváveis do campo cultural durante o governo Bolsonaro porque se deram em um contexto antidemocrático, conjugando pandemia e pandemônio, e acabaram produzindo a uma situação paradoxal, pois uma gestão anticultural acabou produzindo o maior orçamento já visto na área da cultura.

## Unidade IV

# Institucionalidade Cultural e Retomada da Cultura

---

O tema da institucionalização da cultura ganha particular relevância no momento atual, de terceiro mandato do presidente Lula (2023-2026), com a retomada da cultura e refundação do Ministério da Cultura (MinC). Um dos grandes desafios do setor, talvez o principal, diante das descontinuidades e desmontes promovidos no governo anterior, é justamente construir uma estrutura institucional robusta, que confira estabilidade às políticas e seja capaz de assegurar, de forma democrática e a partir de uma visão ampla, a diversidade e os direitos culturais conforme previstos em nossa Constituição.

Se a herança institucional recebida neste terceiro mandato é negativa, por outro lado, defende Alexandre Barbalho (2023), o governo atual pode contar agora com o aprendizado dos agentes que vivenciaram todo um processo de politização da cultura promovido durante o período Lula/Dilma. Isso desde 2003, com os encontros do seminário “Cultura para Todos”, passando pelas Conferências até chegar ao Sistema e Plano Nacional de Cultura, com seu “potencial não apenas de abranger todo o território nacional, mas também de institucionalizar as políticas para o setor de modo a transformá-las em políticas de Estado e não somente de governo” (Barbalho, 2023, p.33). Para Barbalho, essa politização pode ser fundante de novas relações do MinC com o campo cultural.

A nomeação, pela primeira vez na história, de uma mulher negra, artista e nordestina como ministra da cultura, Margareth Menezes, por si é representativa de novos ventos que sopram na cultura. Não à toa, o que mais se escutou na véspera da sua posse, foram frases como “a cultura voltou”, “a cultura está de volta”, “a cultura vai tomar posse”.

Figura 9. Ministra Margareth Menezes.



FONTE: Flickr.

Seja em textos acadêmicos ou documentos de governo, o debate em torno da institucionalidade cultural associa, quase sempre e de forma direta, o processo de institucionalização do campo à efetiva implementação do Sistema Nacional de Cultura. Na nova estrutura do MinC, o SNC está sob a responsabilidade da, também nova, Secretaria dos Comitês de Cultura (SCC), cuja dirigente é a socióloga Roberta Martins.

Com a realização da 4ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), de 04 a 08 de março de 2004, em Brasília, foi publicado um Documento Base<sup>2</sup> estruturado a partir de seis eixos de discussão e que traz, em alguma medida, como cada temática em pauta está sendo pensada e quais premissas devem guiar a ação do MinC em relações as mesmas.



## Saiba mais!

Documento Base da 4ª Conferência Nacional de Cultura  
Democracia e Direito à Cultura

<https://cnpc.cultura.gov.br/4a-conferencia-nacional-de-cultura-2023/>

O Eixo 1 de discussão da 4ª CNC trata da Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura e propõe repensar a institucionalidade da cultura em vários aspectos, como: não focar apenas na percepção jurídica, dando centralidade aos mecanismos de participação social; não dissociar a institucionalidade dos valores democráticos e da afirmação da cultura como direito universal, entendendo a institucionalização como um meio para a efetivação dos direitos culturais e não um fim em si mesmo; buscar uma organização estruturante da gestão pública de cultura, descentralizada e articulada em nível nacional, inspirada no Sistema Único de Saúde (SUS); recompor os espaços participativos e fortalecer novos arranjos, considerando perspectivas sociais essenciais ao campo. O Documento sugere ainda que questões associadas a gênero, raça e etnia, entre outras, sejam expressas em sistemas normativos e institucionais, para que a liberdade de expressão, a diversidade cultural, os direitos culturais e o pleno exercício da cidadania cultural se efetivem.

Figura 10. Conferência Nacional de Cultura.



FONTE: Agência Brasil.

Em relação ao Sistema Nacional de Cultura, mais especificamente, é ressaltada a importância de que sejam discutidas as lacunas existentes, principalmente no sentido de: fortalecer os órgãos gestores da cultura; criar conselhos de política cultural e reforçar os existentes; organizar os sistemas de informações e indicadores; estabelecer periodicidade de realização de conferências de cultura; desenvolver de planos de cultura; (re)criar sistemas setoriais de cultura; instituir comissões intergestores; fortalecer sistemas de financiamento à cultura; desenvolver programas de formação; e dar completude ao Sistema com uma Política de Fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura.

Se uma das principais preocupações em relação ao SNC estava relacionada a sua não regulamentação, em abril deste ano, no mês seguinte a realização da 4ª CNC, foi sancionada a Lei nº 14.835/2024, que “institui o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC), para garantia dos direitos culturais, organizado em regime de colaboração entre os entes federativos para gestão conjunta das políticas públicas de cultura”<sup>3</sup>. Essa é uma conquista importante, que se dá justo no momento em que o tema da institucionalização ganha força como pauta na pasta de cultura do governo.

Figura 11. Sistema Nacional de Cultura.



FONTE: Agência Brasil.

A construção do novo do Plano Nacional de Cultura (2025-2035), que está em processo e é parte fundamental do Sistema Nacional de Cultura, é também um dos principais e mais urgentes desafios do MinC, uma vez que o esse instrumento deve estar pronto ainda este ano. Como bem pontuam Sophia Rocha e Guilherme Varela (2024), pensar nas metas prioritárias a serem atingidas nos próximos dez anos “demandará o exercício de projetar o futuro, partindo do cenário presente e revistando o passado”, pois o novo plano será reflexo da decisão coletiva sobre quais políticas priorizar, “uma espécie de mapa de navegação para o Estado no campo da cultura” (p.21).

O Programa Cultura Viva completou 20 anos agora, em julho de 2024, ao mesmo tempo em que sua institucionalização como política de Estado completa dez anos. Considerada a política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura, a Política Nacional Cultura Viva (PNCV) foi retomada pela gestão atual do MinC com financiamento da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), que prevê, por cinco anos, a destinação de recursos para estados e municípios e a aplicação obrigatória de parte desses recursos na política Cultura Viva. O Encontro Nacional Cultura Viva 20 anos, realizado em Salvador/BA em julho de 2024, em comemoração a essa trajetória, dá a dimensão do que significou e ainda significa essa política, seja pelas falas e debates promovidos, bem como pelas publicações disponibilizadas pelo Consórcio Universitário Cultura Viva (UFBA-UFF-UFPR)<sup>4</sup>.

Dentre os entraves históricos que precisam ser superados pelo MinC, estão aqueles relacionados ao financiamento e fomento a cultura. O Projeto de Lei nº 6.722/2010, que propunha a extinção do Pronac (Lei Rouanet) e a criação do ProCultura, nunca não foi aprovado, sendo o incentivo fiscal ainda predominante no fomento às atividades culturais no Brasil, superior ao que se movimenta via Fundo Nacional da Cultura. Também a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 150-A/2003, a qual foi anexada a PEC nº 421/2014, que prevê destinação “carimbada” de recursos à cultura, não avançou. Essa PEC determina um piso mínimo para investimento em cultura nas três esferas de governo: 2% do orçamento federal, 1,5% dos estados e 1% dos municípios, sendo essencial para o recebimento continuado e estável de recurso.

---

4 <https://culturaviva20anos.org/>

Um avanço importante nesse plano, no entanto, além da PNAB, foi a aprovação, em junho deste ano, do projeto de lei que institui o Marco Regulatório do Fomento à Cultura. A lei contribui para a desburocratização do acesso aos recursos públicos pelos agentes culturais e, entre as mudanças que propõe, está a retirada da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) do setor cultural, permitindo que o governo execute políticas públicas para a área por meio de regimes mais adequados as suas especificidades.

O momento é de retomada e reconstrução, do Ministério da Cultura, secretarias e instituições, também de avanços na construção de políticas e na institucionalização da área. Em pouco mais de um ano, tivemos a execução das leis emergências da cultura, a retomada da Política Nacional Cultura Viva, a realização da 4ª Conferência Nacional de Cultura, a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, aprovação do Marco Regulatório do Fomento à Cultura, um novo Plano de Cultura em formulação, além de iniciativas setoriais, como a construção da Política Nacional das Artes (PNA), e outras fundamentais no contexto contemporâneo, como a publicação das instruções normativas do MinC nº 5 e nº 10, de agosto e dezembro de 2023, respectivamente, que dispõem sobre as regras e procedimentos para implementação de ações afirmativas e medidas de acessibilidade, incluindo cotas ou reservas de vagas, desconcentração territorial e regionalização, nas Lei Paulo Gustavo e Política Nacional Aldir Blanc.

## Unidade V

# O lugar dos Espaços Culturais na Institucionalidade Cultural

São muitas as terminologias utilizadas para nomear os locais de produção e fruição cultural: equipamentos culturais, espaços culturais, casas de cultura, centros culturais etc. Neste texto, vamos adotar “equipamentos culturais” para fazer referência as edificações construídas ou adaptadas especificamente para a realização de práticas e consumo culturais, a exemplo de teatros, museus, cinemas, bibliotecas; e “espaços culturais” como uma nomenclatura mais ampla, que engloba uma diversidade de locais que são apropriados para fins culturais.

Podem ser casas, lajes, galpões, entre outros locais que transformam o que seria uma limitação física e estrutural em potência. Esses espaços culturais surgem, muitas vezes, em resposta aos desejos e necessidades de grupos com pouco ou nenhum acesso aos equipamentos tradicionais, seja por barreiras geográficas, financeiras, simbólicas ou por não se identificarem com os princípios e conteúdos difundidos pelos mesmos. São espaços que vêm tendo protagonismo na cena cultural atual e que são chamados de independentes, alternativos, insurgentes, intencionais, entre outras nomenclaturas.



### Saiba mais!

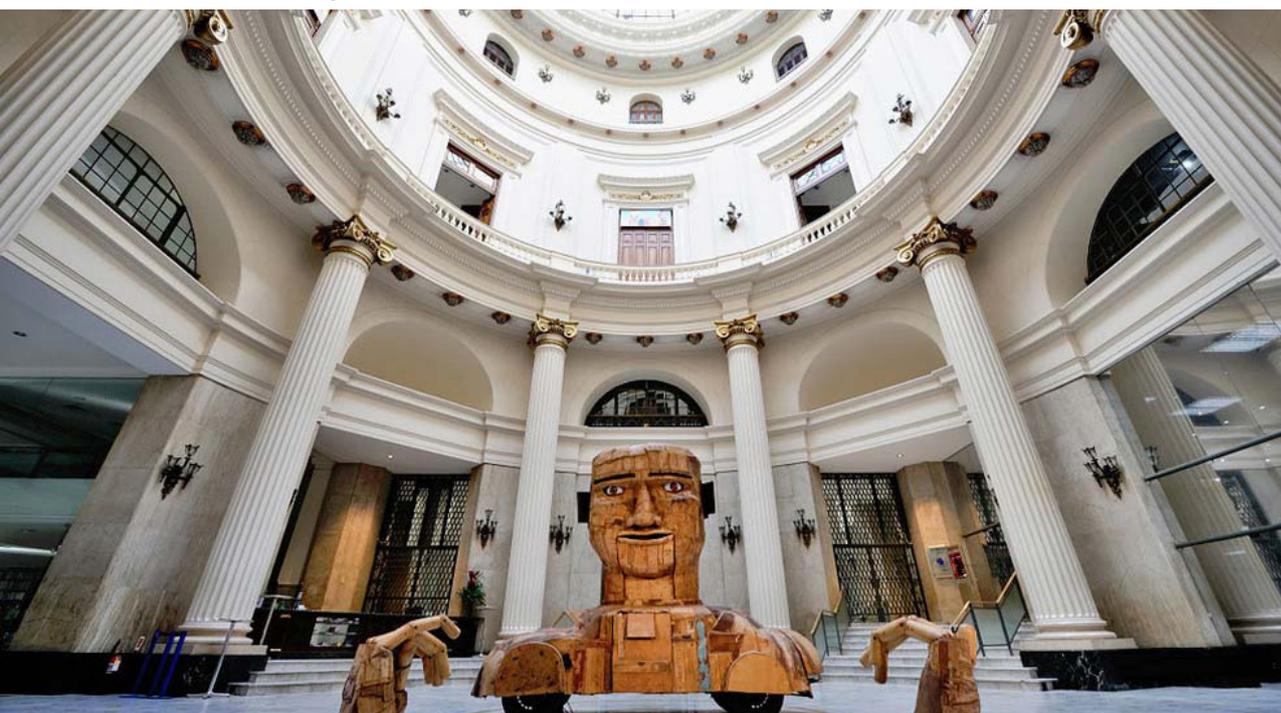
Conheça o Acervo da Laje (casa-escola-museu), espaço localizado no subúrbio ferroviário de Salvador/BA.

<https://www.acervodalaje.com.br/>

A concentração espacial, insuficiência ou inexistência de equipamentos culturais sempre foram notórias no Brasil. Ao longo do tempo, conforme Plínio Rattes (2018, p.73), algumas (poucas) iniciativas buscaram suprir essa deficiência. É o caso dos Parques Infantis, idealizados por Mário de Andrade durante sua gestão à frente do Departamento de Cultura de São Paulo. Eles funcionaram entre 1935 e 1943, sendo considerados os primeiros equipamentos públicos a aliar serviços de educação, cultura, saúde e lazer. Apesar do curto período de existência, esse projeto teria influenciado outros, a exemplo da Escola Parque, criada por Anísio Teixeira nas décadas de 1940 e 1950, na Bahia e em Brasília; dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), idealizados por Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, nos anos 1980, no Rio de Janeiro; e dos Centros Educacionais Unificados (CEUs), implantados na gestão de Marta Suplicy, entre 2001 e 2004, na cidade de São Paulo. (Silva, 2012, p.103-104 *apud* Rattes, 2023, p.76).

Em âmbito federal, observamos uma onda de crescimento na construção de grandes equipamentos e espaços culturais a partir das décadas de 1980 e 1990, com a criação das leis de incentivos fiscais, ainda que de forma desigual. Para Rattes (2023, p. 76), a iniciativa privada e as grandes empresas públicas exerceram um papel fundamental nesse processo. É nessa época que surgem os espaços que levam o nome de seus mantenedores, como é o caso do Centro Cultural Banco do Brasil (Rio de Janeiro) e do Santander Cultural (Porto Alegre), além dos equipamentos mantidos pelas instituições vinculadas ao Sistema S.

Figura 12. CCBB.



FONTE: Wikimedia Commons.

Fora essas e outras iniciativas ou intervenções, a conjuntura deficitária de equipamentos e espaços culturais no país nunca foi devidamente enfrentada. Nem mesmo durante os governos de Lula e Dilma tivemos uma política para esse setor, embora algumas iniciativas, não articuladas entre si, mereçam destaque, como o a Política Nacional Cultura Viva com seus Pontos de Cultura, o Programa Praça CEU e a inclusão de metas relacionadas a espaços culturais no Plano Nacional da Cultura (2010-2020). Na gestão atual do MinC, vale registrar a criação de uma Subsecretaria de Espaços e Equipamentos Culturais (SEEC), vinculada à Secretaria Executiva do MinC, e o lançamento do Programa Territórios da Cultura, uma iniciativa importante no sentido de suprir a falta de atenção a esse segmento.

A Política Nacional Cultura Viva alcançou em 2024 a marca de cinco mil Pontos de Cultura certificados, presentes em mais de 1.400 municípios de todos os estados brasileiros. De acordo com dados do site do ministério, em janeiro de 2023 contabilizava-se um total de 4.329 pontos, ou seja, em pouco mais de um ano desde a recriação do MinC houve um aumento de aproximadamente 15% (671) no número de Pontos de Cultura. Durante o governo anterior, de 2019 a 2022, apenas 373 pontos foram certificados. Márcia Rollemberg, secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do MinC, registra que os Pontos de Cultura não contavam com financiamento desde 2019 e que agora “a cultura de base comunitária volta a ter protagonismo. A nossa expectativa é que a vinculação dos recursos da PNAB na Cultura Viva possa dar ainda mais potência aos nossos Pontos de Cultura”<sup>5</sup>.

O Programa Praça CEU – Centro de Artes e Esportes Unificado foi lançado em 2010, como uma iniciativa a ser executada em parceria com prefeituras, e previa a construção de 400 espaços compostos por diversos equipamentos, como cineteatros, bibliotecas, quadras esportivas etc., além de um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). Renomeado diversas vezes, o programa, com 281 equipamentos construídos, passou a ser chamado de CEU das Artes pela gestão atual do MinC, que anunciou um investimento de 10 milhões para a conclusão de 26 obras em andamento com recursos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)<sup>6</sup>.

---

5 <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/brasil-alcanca-a-marca-de-5-mil-pontos-de-cultura>

6 <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/minc-lanca-programa-territorios-da-cultura-para-garantir-infraestrutura-cultural-em-to-do-pais>

Figura 13. Praça CEU.



FONTE: Wikipédia.

No Plano Nacional de Cultura (2010-2020) foram previstas cinco metas relacionadas aos espaços culturais. No entanto, conforme Rattes (2023, p. 79-81), apenas uma delas foi integralmente cumprida, a meta 31, que estabelece o aumento do número de espaços culturais nas cidades de acordo com o número de habitantes. A meta 32, que prevê pelo menos uma biblioteca pública ativa em cada cidade, foi 85,4% alcançada; a meta 33, que propõe a criação de mil espaços como os CEUs, alcançou apenas 25,7% do seu objetivo; a meta 34, ter 50% das bibliotecas públicas e museus modernizados, cumpriu 37% em relação às bibliotecas e 8% dos museus; e a meta 55, formar gestores de espaços culturais, alcançou 55% do estabelecido. O novo Plano Nacional da Cultura (2025-2035), que está em construção, deve contemplar outras metas relacionadas aos espaços culturais, entendidos como um setor fundamental da dinâmica cultural brasileira.

Uma iniciativa nova é o Programa Territórios da Cultura, que foi lançado em setembro de 2023 com “a finalidade de implementar uma rede de

espaços e equipamentos integrados de cultura em territórios periféricos, com vistas à efetivação de direitos culturais, à promoção da cidadania e ao reconhecimento e à valorização da diversidade cultural”<sup>7</sup>. Estão previstas no programa reformas, adaptações e modernização de equipamentos culturais, priorizando edificações localizadas em territórios periféricos, além de três diferentes modalidades de equipamentos:

- Biblioteca-Parque: edificação de grande porte, preferencialmente integrada a outras políticas públicas, com a finalidade de promover a política de acesso ao livro, à leitura, às artes, entre outras políticas culturais, em áreas de vulnerabilidade social;
- CEU da Cultura: edificação de uso cultural, de caráter comunitário, composta por espaços associados à expressão corporal, educação cidadã, arte e educação, trabalho e renda, meio ambiente, entre outras atividades relacionadas à cultura;
- MovCEU: equipamento cultural itinerante, produzido por meio da adaptação de veículos e barcos para a realização de ações culturais<sup>8</sup>.

O Programa será executado em parceria com estados, Distrito Federal e municípios e a gestão será compartilhada, envolvendo mobilização social, apoio a atividades comunitárias e formação de redes de parceiros. Os recursos serão provenientes de verbas da União destinadas à infraestrutura cultural, do Fundo Nacional da Cultura (FNC), da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), de emendas parlamentares, contrapartidas financeiras e doações.

A modalidade CEU da Cultura tem recursos garantidos no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)<sup>9</sup>. Para Rattes (2024,

---

7 <https://www.gov.br/cultura/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao-e-normativas/portaria-minc-no-68-de-29-de-setembro-de-2023>

8 <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/minc-lanca-programa-territorios-da-cultura-para-garantir-infraestrutura-cultural-em-to-do-pais>

9 <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/minc-lanca-programa-territorios-da-cultura-para-garantir-infraestrutura-cultural-em-to-do-pais>

p. 2018) existem semelhanças entre essa modalidade e o programa Praças CEU (atual CEU das Artes) que não se resumem à fonte de financiamento, os CEUs da Cultura também devem ser construídos em áreas de vulnerabilidade socioeconômica e tem como premissa a participação social.

Tanto a modalidade CEU da Cultura como MovCEU já tiveram seus editais publicados. Em março de 2024 o MinC anunciou o resultado da primeira fase da seleção de propostas para a implantação do CEU da Cultura, indicando 195 equipamentos culturais para 189 municípios, em 24 unidades da federação<sup>10</sup>. Em abril, o ministério concluiu a etapa de assinatura dos convênios com 32 municípios e estados que participaram da seleção MovCEU. Serão entregues 36 equipamentos culturais, seis a mais que o previsto no edital. O MovCEU é uma van/furgão que pode ser transformada em biblioteca, estúdio, cinema de rua e palco para apresentações diversas, entre outros usos culturais<sup>11</sup>. As propostas foram restritas a localidades com até 20 mil habitantes e a gestão, funcionamento e manutenção é de responsabilidade do proponente.

A implementação e coordenação do Programa Territórios Culturais será realizada pela Subsecretaria de Espaços e Equipamentos Culturais (SEEC) do MinC, responsável por coordenar a implementação de espaços e equipamentos culturais, bem como promover programas, projetos e ações em parceria com estados e municípios para a implantação, ampliação e melhoria da infraestrutura cultural no país.

O que observamos, no entanto, apesar das iniciativas citadas, é a ausência histórica de políticas específicas para os espaços culturais. Nesse sentido, Nathalia Leal (2018) pondera que reunir a diversidade de equipamentos e espaços culturais existentes em um único setor, para fins de políticas públicas, é uma tarefa bastante complexa, já que cada modelo reserva suas especificidades. Equipamentos como museus e bibliotecas se constituem como um setor mais estruturado, com uma atuação delimitada e sistemas

---

10 <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202403/minc-divulga-as-195-propostas-selecionadas-na-primeira-chamada-dos-ceus-da-cultura>

11 <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/movceu-minc-assina-32-convenios-com-estados-e-municipios-para-compra-de-equipamentos>

desenvolvidos, mas “quando discutimos os espaços dedicados às artes do espetáculo identificamos poucas iniciativas continuadas e algumas ações isoladas em termos de políticas culturais” (Leal, 2018, p. 40)

Caberia, talvez, uma Política Nacional para Espaços Culturais, da mesma forma que está sendo pensada uma Política Nacional para as Artes, por exemplo. Uma política que considere esses espaços em sua diversidade e contribua para minimizar a distorção que o modelo de financiamento público predominante provocou, ao privilegiar recursos públicos para grandes equipamentos culturais em detrimento de espaços independentes ou insurgentes, que trabalham a partir de perspectivas diferentes do mercado e do Estado, com suas lógicas dominantes.

Iniciativas que vêm sendo retomadas a partir da Política Nacional Cultura Viva (PNCV) e da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) contemplam essa perspectiva, mas não existem diretrizes específicas que orientem ações e propostas relacionadas aos espaços, o que agregaria muito em termos de organização e desenvolvimento do campo e, conseqüentemente, fortalecimento da uma **institucionalidade democrática** da cultura.

# Referências

BARBALHO, Alexandre. O papel da participação social na reconstrução do MinC: a retomada de uma trajetória. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, São Paulo, n. 17, dez. 2023. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/o-papel-da-participacao-social-na-reconstrucao-do-minc-a-retomada-de-uma-trajetoria/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BOTELHO, Isaura. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 2, 2001. Disponível em: <http://www.centrodametropole.org.br/pdf/Isaura.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA (4., 2024, Brasília, DF). *Democracia e direito à cultura*: documento base. Brasília, DF: Conselho Nacional de Política Cultural: Ministério da Cultura, [2024]. Disponível em: <https://cnp.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/3/2022/08/Documento-Base-20-09.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2024.

DORA, Denise; CETRA, Raisia; VARELLA, Guilherme. Uma agenda de censura e autoritarismo na cultura: os casos analisados pelo MOBILE. In: CARDOSO JÚNIOR, José Celso *et al.* (org.). *Assédio institucional no Brasil: avanço do autoritarismo e desconstrução do Estado*. Brasília, DF: Associação dos Funcionários do Ipea; Campina Grande: EDUEPB, 2022. Disponível em: [https://laut.org.br/wp-content/uploads/2022/06/Assedio-Institucional-no-Brasil\\_Avanco-do-Autoritarismo-e-Desconstrucao-do-Estado.pdf](https://laut.org.br/wp-content/uploads/2022/06/Assedio-Institucional-no-Brasil_Avanco-do-Autoritarismo-e-Desconstrucao-do-Estado.pdf). Acesso em: 6 maio 2024.

LEAL, Nathalia. *O Teatro Castro Alves: da gestão à visão dos produtores culturais*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28609/1/Leal\\_Nathalia\\_disserta%c3%a7%c3%a3o.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28609/1/Leal_Nathalia_disserta%c3%a7%c3%a3o.pdf). Acesso em: 13 jun. 2024.

OLIVEIRA, Gleise. Institucionalidade cultural no Brasil: marcas históricas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL FOMERCO, 9. 2017, Salvador. *Anais* [...]. Salvador: [s. n.], 2017. Disponível em: [https://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1505952787\\_ARQUIVO\\_Textocompleto-Fomerco.pdf](https://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1505952787_ARQUIVO_Textocompleto-Fomerco.pdf). Acesso em: 22 mai. 2024.

PAIVA NETO, Carlos. Fomento à cultura no Brasil: Desafios e oportunidades. *Política Cultural em Revista*, Salvador, v. 10, n. 2, p. 35-58, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/24390>. Acesso em: 14 maio. 2024.

PAIVA NETO, Carlos. Reflexões sobre a constituição de uma política para equipamentos culturais no Brasil. In: KAUARK, Giuliana; RATTES, Plínio; LEAL, Nathalia (org.). *Um lugar para os espaços culturais: gestão, territórios, públicos e programação*. Salvador: Edufba, 2019. p. 36-47. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32101>. Acesso em: 14 maio 2024.

RATTES, Plínio. Infraestrutura cultural do Brasil: passado, presente e futuro. *Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural*, Belo Horizonte, v. 100, n. 2, 2023. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/>. Acesso em: 07 junho. 2024.

ROCHA, Sophia. Institucionalidade da cultura no Brasil em três tempos. *Revista Boletim do Observatório de Diversidade Cultural*, Belo Horizonte, v. 88, n. 3, 2022. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/>. Acesso em: 21 maio 2024.

ROCHA, Sophia; VARELLA, Guilherme (org.). *Novo Plano Nacional de Cultura e a 4ª CNC: contextos, desafios, proposições*. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/plano-nacional-de-cultura/texto/4CNCeNovoPNC\\_livreto.pdf](https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/plano-nacional-de-cultura/texto/4CNCeNovoPNC_livreto.pdf). Acesso em: 4 junho 2024.

RUBIM, Albino. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: BARBALHO, Alexandre; RUBIM, Albino (org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007. p. 11-36. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/138/4/Políticas%20culturais%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 4 junho 2024.

RUBIM, Albino. Desafios e dilemas da institucionalidade cultural. *Revista MATRIZES*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 57-77, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/issue/view/10121>. Acesso em: 3 junho. 2024.

RUBIM, Albino. Balanço político-cultural do governo Bolsonaro. *In*: RUBIM, Albino; TAVARES, Márcio (org.) *Cultura política no Brasil atual*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.p. 37-56. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/cultura-e-politica-no-brasil/>. Acesso em: 4 jun. 2024.

RUBIM, Albino. Cultura: vitórias e riscos. *Teoria e Debate*, São Paulo, Edição 236, set. 2023. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2023/09/05/cultura-vitorias-e-riscos/>. Acesso em: 4 jun. 2024.



Pesquisa-Ação  
**Agentes Culturais  
Democráticos**



**Fundo  
Nacional  
da Cultura**  
Lei Rouanet



**CULT**  
CENTRO DE ESTUDOS  
MULTIDISCIPLINARES  
EM CULTURA



**IHACIO**  
Instituto de Humanidades, Artes e Ciências  
Professor Milton Santos • UFBA | 10 Anos



Universidade Federal do  
Recôncavo da Bahia



Universidade  
Federal da Bahia

MINISTÉRIO DA  
CULTURA



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO